



## **Famílias quilombolas, pobreza e Serviço Social: um debate necessário a partir de comunidades do município de Ouro Verde de Minas-MG**

*Quilombola families, poverty and Social Work: a necessary debate from communities in the municipality of Ouro Verde de Minas-MG*

**Sidimara Cristina de Souza<sup>1</sup>**  
**Angela Ernestina Cardoso de Brito<sup>2</sup>**

### **RESUMO**

O trabalho tem como objetivo traçar o perfil das famílias negras rurais, nas comunidades do município de Ouro Verde de Minas-MG, também tituladas de remanescentes de quilombo, e apresentar os reflexos da questão social presente no cotidiano desse grupo considerado minoritário e ainda tão pouco estudado por pesquisadores das diversas áreas do conhecimento, incluindo assistentes sociais. A pesquisa teve como procedimento metodológico a pesquisa de campo realizada junto às comunidades quilombolas, certificadas pela Fundação Cultural Palmares, localizadas no Vale do Mucuri e aplicação de questionários. Os reflexos da questão social nessas comunidades são diversos, contudo, ainda são naturalizados e desprezados pelo Estado e até mesmo por pesquisadores.

**Palavras-chave:** famílias quilombolas; escravismo; pobreza; serviço social; racismo.

### **ABSTRACT**

*The work aims to trace the profile of rural black families in the communities of the municipality of Ouro Verde de Minas-MG, also entitled quilombo remnants, and to present the reflections of the social issue present in the daily life of this group considered minority and still so little studied by researchers from various areas of knowledge, including social workers. The research had as methodological procedure the field research carried out with the quilombola communities, certified by the Palmares Cultural Foundation, located in the Mucuri Valley and application of questionnaires. The reflections of the social issue in these communities are diverse, however, they are still naturalized and despised by the State and even by researchers.*

**Keywords:** *quilombola families; slavery; poverty; social service; racism.*

---

<sup>1</sup>Doutorado em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense - UFF.

<sup>2</sup>Doutorado em Política Social, estágio pós doutoral pelo Centro de Estudos Sociais na Universidade de Coimbra (CES/UC). E-mail: angelafr@yahoo.com.br



## Introdução

Este artigo analisa a trajetória conceitual da família escravocrata até os estudos contemporâneos relacionados à diversidade dos núcleos familiares, além de traçar o perfil das famílias negras rurais, nas comunidades do município de Ouro Verde de Minas-MG, também tituladas remanescentes de quilombo. Apresenta ainda, os reflexos da questão social presente no cotidiano desse grupo também considerado minoritário e pouco estudado por pesquisadores das diversas áreas do conhecimento, incluindo os assistentes sociais.

Desde o Brasil colonial, a família exerce funções políticas, econômicas e de reprodução social, além de reprodução biológica e cultural, até hoje a ela associadas. Conforme Engels (2010), “família” foi criada pelos romanos para designar um novo organismo social, cujo chefe mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravos, com o direito de vida e morte sob todos eles. O conceito “família” pode ser caracterizado como grupos sociais culturalmente distintos de acordo com suas estruturas e seu funcionamento, desempenhando funções políticas e econômicas específicas em vários períodos da história. Já para Mioto (2006), família é como um conjunto de pessoas que vivem juntas, experimentando cuidado mútuo. A autora ainda defende que a família deve ser pensada através dos laços, do cuidado e da proteção, não apenas origem e consanguinidade.

No contexto africano e dos afrodescendentes escravizados no Brasil a família pode ter um sentido espiritual e de parentesco não consanguíneo, como apresentado em Kjerfve e Brugger (1991).

Para efeito das nossas pesquisas e deste artigo, consideramos que a família é uma instituição social básica, histórica, que se transforma sincrônica e diacronicamente, e que pode ter arranjos diversos uma da outra. Dessa maneira, desconfigura-se a ideia de um padrão único de organização familiar, assim como entende-se que cada sujeito conceitua família a partir de seus próprios preceitos. Contudo, é importante compreender que essa ampliação conceitual vem evoluindo desde os anos de 1960,



quando a família ocidental contemporânea padece de diversas mudanças nos seus arranjos, conforme destaca Singly (2007).

A família nuclear burguesa, pautada no patriarcalismo, passa a ser questionada, principalmente, a partir da inserção das mulheres no mercado de trabalho no período pós-revolução industrial (uma realidade que não é tão nova nas famílias pobres, onde as mulheres sempre tiveram que trabalhar para complemento da renda familiar). Os questionamentos e, conseqüentemente, a crise da família patriarcal se intensificam com o processo de empoderamento das mulheres a partir da globalização e do avanço tecnológico no que tange os processos de reprodução, ou seja, do controle da fecundidade com o desenvolvimento dos contraceptivos. Outros elementos impulsionadores, segundo Singly (2007), foram o aumento do número de divórcios entre os casais, acarretando uma diminuição dos vínculos matrimoniais, e as uniões cada vez mais livres dos aspectos formais tradicionais na recomposição de novas famílias.

Todos esses indicadores colocam em dúvida a família patriarcal, assim como conduz ao surgimento de uma diversidade de composições familiares e a uma maior criticidade sobre o que significa família. Além disso, desmistificam e desromantizam a ideia de família como um espaço de amor e acolhimento incondicional, pois há composições de núcleos familiares que excluem, violentam e matam seus pares.

As reconfigurações e identificações de “novas famílias” conduzem à “visibilidade” de núcleos familiares até então considerados inexistentes em termos formais da sociedade dominante institucional, como é o caso das famílias negras brasileiras. Estas, até os anos 1970, não eram tidas como “família normais” (ROCHA, 2004). Essa realidade também atinge diretamente as famílias quilombolas devido ao fato de muitos casamentos não serem oficializados em cartórios ou realizados em igrejas católicas, assim como outras uniões estáveis em famílias negras urbanas.

Todavia, o reconhecimento da existência de núcleos familiares composto por negros, quilombos etc., não significou e nem significa a aceitação desses enquanto sujeitos de direito e capazes de formarem uma família. Dentro dos modos estruturantes do racismo na sociedade brasileira figuram o preconceito e a discriminação, que exercem a função de desvalorização social da população. Entender as diferentes



concepções familiares seria o primeiro ponto para iniciar debates, lembrando que aborda contextos políticos, psicológicos e sociais que fazem parte dessa temática.

Sintonizados com a bibliografia internacional da sua época, Florestan Fernandes e Roger Bastide divulgaram o consonância quando o assunto se tratava de famílias negras, sem redes de solidariedade entre os cativos e a “família” escrava, onde a família com o pai presente inexistiu, “perdidos uns para os outros”, sem laços sociais para recriar sua cultura e identidade, os escravos eram reduzidos a “condições anômicas de existência”, sem condições de participar do processo de transformação social, não tinham condições de desempenhar as mesmas funções que os imigrantes, por exemplo.(FERNANDES, 1978). Importante ressaltar que nas décadas de 1950 e 1960, tanto a historiografia brasileira quanto a norte-americana discutiam a questão relativa ao caráter e às consequências da escravidão.

As consequências das representações sociais fortemente cravadas pelos estudiosos no Brasil e exterior fortaleceram estereótipos pejorativos aos negros no Brasil. Consideram as famílias negras sempre como desestruturadas, anormais, negligentes e incapazes diante do modelo de família nuclear patriarcal marcada por patriarcado, heterossexualidade, poder aquisitivo e heranças dos senhores de engenho. Sendo assim, são famílias destituídas da sociedade, sofrendo diretamente os reflexos da questão social. Conforme destacam Abramovay e Castro (2006) e Santos (2012), a população negra, em particular a população quilombola, arca com as limitações socioeconômicas impostas pelo racismo e pela desqualificação social do ser negro.

No intuito de desconfiar e questionar dessas ideias e reafirmar a existência das famílias negras, com suas trajetórias, lutas e resistências, em especial as famílias quilombolas, é que as escolhemos como protagonistas deste trabalho.

Para o desenvolvimento do estudo apresentado, estabeleceu-se como procedimento metodológico a aplicação de questionário junto aos moradores de três comunidades remanescentes de quilombo no Vale do Mucuri, no estado de Minas Gerais, sendo elas: Santa Cruz e Água Preta de Cima, no município de Ouro Verde de Minas, e Marques, no município de Carlos Chagas. A seleção das comunidades se deu via amostragem por conglomerado, observando os elementos de localização (situada na



região com o menor índice de desenvolvimento humano do país), maior tempo de certificação (certidão de reconhecimento emitida pela Fundação Cultural Palmares) e possibilidade de acesso das pesquisadoras às localizações.

No total, foram aplicados 90 questionários. Destes, 9 respondentes advêm da comunidade de Marques (total do número de famílias que constitui o grupo, após a autodefinição enquanto remanescente de quilombo e o litígio judicial com a Pequena Central de Hidrelétrica (PCH), que faz parte do grupo Queiroz Galvão). Outros 20 são oriundos da comunidade Água Preta de Cima. Vale ressaltar que, segundo os registros dos agentes de saúde do município de Ouro Verde de Minas, a comunidade possui 33 famílias, entretanto, por causa dos conflitos entre o grupo quilombola, fazendeiros e o poder legislativo, apenas 20 famílias aceitaram participar da pesquisa, por temerem represálias. Em Santa Cruz, foram aplicados 61 questionários. No entanto, de acordo com os dados do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES, 2008) e dos agentes de saúde do município de Ouro Verde, a comunidade é composta por 70 famílias. Pelo mesmo motivo verificado em Água Preta de Cima, não conseguimos a contribuição de todos para a pesquisa – sendo aconselhados a não visitar certos domicílios, pois poderíamos acirrar o conflito ou sermos expulsos do local.

Entendemos que há, “naturalmente”, um lugar cativo para o negro na sociedade, por meio da representação social estereotipada: relacionadas à miséria, pobreza, ignorância etc., que produz e reproduz a trama invisível das desigualdades sociais. É nesse sentido que somos levadas a questionar, especificar e abordar de forma massiva o conceito de família, em especial, de família negra para entender alguns determinantes sociais e o próprio silenciamento que envolve os estudos do referido assunto.

### **Famílias negras, questão social e o escravismo**

A “questão social”, pois a partir do declínio do regime de trabalho escravizado a questão social passou a ser elemento essencial das diversas formas e movimentos da sociedade nacional. De acordo com Ianni (1991), durante a vigência do regime do trabalho escravo já havia uma questão social, o escravo era expropriado do produto de seu trabalho e:



[...] sequer podia dispor de si, considerado propriedade do outro, podendo dispor dele como quisesse: declará-lo livre ou açoítá-lo até a morte [...]. Não havia dúvidas sobre a situação relativa de um e outro, escravo e senhor, negro e branco. A questão estava posta de modo aberto, transparente (IANNI, 1991, p. 3).

Para Bastos (1991, p. 32), “a própria escravatura configura-se como a questão social. No entanto, as motivações que sustentam a reivindicação percorrem um caminho diferente daquele do interesse sobre a específica situação social do negro escravo”.

Na abolição, a questão social abanca como um novo desafio na medida em que implica a discussão sobre a formação do povo brasileiro. O dilema era: como inserir o negro na nova ordem societária? A solução para esse problema foi a construção da democracia racial, utilizada como explicação científica. Considera-se que as reflexões sobre a questão social estão articuladas às respostas dadas à solução desse problema, que se define como a explicação empregada para justificar a questão racial e as desigualdades raciais. A questão social se impõe no debate da questão nacional em diferentes momentos da história brasileira, dessa forma, aos poucos, alguns setores dominantes são levados a reconhecer que a questão social é uma realidade, ainda que utilizem de violência e polícia contra as reivindicações e protestos (IANNI, 1991). Assim, pela questão racial se apreendia a realidade nacional.

Segundo Bastos (1991), a questão social estava vinculada à questão racial na medida em que a questão racial pós-abolição se apresenta como um problema, um elemento desafiador e importante no debate brasileiro, porque implica necessariamente à discussão sobre a formação nacional do povo no Brasil, atrelada diretamente às transformações de ordem econômica, social e política ocorridas pela sociedade nacional.

Nesse sentido, podemos considerar a questão social como um fenômeno que emerge muito antes da revolução industrial e do acirramento da luta de classes, pois é um elemento social e estrutural que permeia um fato também cultural, logo, tem raízes tanto culturalistas, como também classistas. Todavia, a questão social também pode ser entendida como um movimento congruente à organização e mobilização dos negros, assim como da classe operária como um todo. Isso nos conduz a afirmar que a questão





social é uma manifestação das mazelas sociais que permeiam questões culturais (como é o caso do racismo, do feminicídio etc.) e é perpendicular aos elementos econômicos (como o desemprego, o trabalho infantil etc.). Para o enfrentamento de tais problemas, são conduzidos movimentos de resistência a tais situações.

Não por acaso, acreditamos que sejam necessários estudos científicos que apresentem os diversos reflexos da questão social atrelada aos grupos minoritários, desconstruindo alguns mitos e ampliando o debate sobre temáticas tão relevantes como racismo, famílias negras, quilombolas, entre outros assuntos.

De acordo com Rocha (2004), vários estudos relacionados à historiografia brasileira e dos Estados Unidos sobre o período de vigência do sistema escravocrata consideravam que a constituição de laços familiares entre os escravos era quase inexistente. A justificativa dada para este fato era a opressão do cativo ou o desinteresse do escravizado em constituir uma família. Somente a partir da década de 1970, historiadores como Mattoso (1992), Slenes (1999), Florentino e Góes (1997), e Moura (1977), a partir da utilização de fontes inéditas, como inventários, registros de batismo e casamento voltaram o olhar para a experiência dos escravizados com a preocupação de captar as práticas cotidianas, os costumes, as lutas, as variadas formas de resistência, os laços de solidariedade que poderiam ser formados dentro do cativo e, conseqüentemente, a constituição de vínculos familiares.

Nesse contexto, a pesquisa de Slenes (1999) em arquivos da Igreja Católica e da Justiça no interior de São Paulo, ajudou a reavaliar a suposta família patológica negra. Seus estudos sugerem que uma proporção grande de escravos nas regiões de café e açúcar foram casados ou viúvos, constituíram famílias e tiveram casamentos bastante estáveis. A bibliografia “clássica” sobre a família de escravizados no Brasil enfatiza o esforço por parte dos fazendeiros, principalmente no Oeste paulista, de tolher e solapar todas as formas de união ou solidariedade dos escravizados. Todavia, essas famílias eram atravessadas pela dinâmica imposta da casa grande, como separação dos negros por venda ou por ser um bem de herança (independente dos laços constituídos naquela fazenda) ou eram negociados para sanar possíveis problemas econômicos. Em resumo, é possível concluir que a formação das famílias no cativo foi funcional à estrutura do



escravismo, uma vez que, sem a incidência de conflitos, reduzia-se a possibilidade de separação de entes da família, fugas e motins. Assim, esses indivíduos se submetiam ao cativeiro com mais facilidade e adotavam como estratégia de sobrevivência a manutenção de suas culturas e rituais.

Assim, podemos afirmar que no período do escravismo, no que tange às famílias negras, ocorriam uniões formais de casais escravizados, realizadas a partir da autorização do senhor de engenho, como as uniões consensuais. Contudo, por falta de aval de seus proprietários para o casamento religioso, sucediam uma grande incidência de filhos fora do casamento e a identificação de “famílias incompletas”, pela ausência de um dos cônjuges no seio familiar, em função dos casamentos de escravizados interpropriedades, venda ou adoção destes.

Entretanto, os casamentos interpropriedades se tornavam raros, pois, de acordo com Rocha (2004), os senhores passaram a restringir tal prática entre os escravizados, a fim de evitar rebeliões e desobediência devido à interação e o contato social que ocorria entre eles.

Sobre as formas de resistência da mulher negra contra sua situação de escravizada, Gonzalez (1978) critica a concepção freyriana (FREYRE, 1982), destacando o papel ativo realizado pelas mulheres negras nas lutas organizadas contra o sistema de produção escravista: organizando e auxiliando nas fugas, nos motins, nas rebeliões e na própria formação dos quilombos. Os métodos revelaram participação intensa e ativa, contrariando a suposta docilidade e submissão dos negros como família branca patriarcal. O fato é que a cultura patriarcal impede a percepção e o debate sobre o problema da desigualdade racial existente no país.

Para Giacomini (1988), a lógica da sociedade escravista patriarcal se apropriou do trabalho da escravizada no âmbito doméstico, como ama de leite, cozinheira, arrumadeira, mucama dos filhos dos senhores, mas também se apropriou de seu corpo como objeto de exploração sexual.

De acordo com Fernandes (1978), a família escravizada não deve ser compreendida apenas com base na condição estrutural do escravismo. Machado (1988) demonstra que as reivindicações e resistências empreendidas pelos escravizados podem





ser analisadas através das lutas pelo estabelecimento de um trabalho próprio, além da defesa de margens significativas de tempo livre e a repulsa do escravizado com relação ao trabalho vigiado, e devem ser buscadas historicamente no período pós-abolição. Nesse contexto, os escravizados produziam padrões próprios de organização de vida familiar e cultural, inventando outra forma de viver, outra tradição fora dos padrões: à margem.

Mattoso (1992) revela um novo olhar sobre a história da construção e da organização das famílias de escravizados, indicando que os negros escravizados foram construtores de sua história; o compadrio, o companheirismo de trabalho, a associação étnica etc. demonstram que houve resistência ao autoritarismo e ao escravismo. Todas as famílias que reinventavam formas de organização de viver e sobreviver davam a cada uma delas “uma história, um caráter, um destino e até mesmo uma linguagem” (SAID, 2004, p. 126).

Conforme Moura (1977), a mulher negra, no Brasil escravista, era instrumento de trabalho e objeto de uso sexual. Seus filhos, quando nascidos, das relações com o senhor branco, continuavam escravizados, para mais tarde também serem utilizados como instrumento ideológico contra os negros. A mulher negra era associada à mãe/escrava e subordinada ao poder do senhor, que tinha autoridade para dar continuidade ou não a esse vínculo. A desconsideração da paternidade perdurou e as uniões efêmeras e passageiras ocasionavam o nascimento de crianças sem paternidade e sem referência materna. Nesta perspectiva, considera-se que gênero, raça e classe são marcadores de diferença e elementos constitutivos das relações sociais. Não são categorias autônomas, mas elementos que se intersectam. Assim, compreende-se que as famílias negras, objeto deste estudo, constituem grupos marcados por múltiplas opressões, posicionados nas intersecções em virtude de estarem em um espaço onde racismo, classe, e gênero se encontram (CRENSHAW, 2002).

Dentre as várias atividades exercidas pelas mulheres negras, destaca-se a chefia de família e o trabalho doméstico, desafiando a ordem patriarcal. A despeito das mulheres negras serem as mais discriminadas na sociedade, após a abolição eram consideradas o suporte das famílias negras, desenvolvendo atividades profissionais



como lavadeiras, quituteiras, doceiras etc. “Isto porque os homens negros não conseguiam competir no campo profissional com os imigrantes e não tinham condições de sustentar a família” (SILVA, 1992, p. 11). Essas mulheres, contrapostas ao modelo de família burguesa, instituíam um novo tipo de família extensa, incumbindo diferente papel para as mulheres negras. As famílias extensas introduziram diferentes elementos como laços afetivos, afinidades culturais e religiosas. Desafiar o patriarcalismo e as lideranças não cabe apenas aos homens, mas é algo legitimado pelos papéis desempenhados pelas tias, avós, mães e madrinhas, não mais somente através de vínculos consanguíneos.

Apesar de toda essa conjuntura de opressão e submissão, pode-se ressaltar que foram estabelecidos novos arranjos familiares. No entanto, é importante enfatizar que não estamos romantizando as famílias negras, sabemos e concordamos que a família nem sempre significa um elo de proteção e acolhimento (seja essa branca, parda, amarela, indígena ou preta), pois essa também é sujeita a ações que excluem e marginalizam seus próprios membros, que são conduzidos a procurar no outro a proteção e a possibilidade de constituição de um novo vínculo familiar.

### **As comunidades quilombolas: um retrato da família negra rural**

Historicamente, as comunidades quilombolas brasileiras são invisibilizadas por pesquisadores, pela própria sociedade e pelos órgãos públicos. Essa realidade reafirma a carência de dados sobre esse grupo minoritário. Atreladas a um passado de opressão e resistência, essas comunidades sofrem em diversas esferas os reflexos da questão social, advinda com o acirramento da luta de classes, também do racismo, que é uma situação culturalista que precisa ser debatida e pautada em políticas públicas.

Para nortear nosso estudo, é necessário conceituar o que estamos considerando como remanescente de quilombo. Tendo como base o Decreto nº 4.887/2003 (BRASIL, 2003), entendemos quilombo como um grupo étnico-racial que, mediante autoatribuição, se identifica enquanto tal por meio das relações territoriais diversas e específicas (compra de terras; troca; ocupação etc.), com trajetória histórica própria e presunção à ancestralidade negra e que tenha relação com todo o processo de



resistência às opressões sofridas no decorrer da história. O quilombo, por ter grande parte da sua população negra, sofre constantemente os reflexos do racismo brasileiro, sentindo na pele a exclusão ou a “inclusão pelas margens” no âmbito da sociedade. No intuito de conhecer quem são esses quilombos é que traçamos o perfil das famílias de três comunidades.

Os questionários foram aplicados preferencialmente ao responsável pelo domicílio, porém, na ausência deste, outro morador maior de 18 anos de idade poderia responderá pesquisa. Do montante entrevistado, 58,9% eram pessoas de referência, ou seja, o chefe do domicílio. O restante eram cônjuges/companheiros (31,1%), filhos (8,9%) e outros parentes (1,1%).

A partir dos dados diagnosticados, apenas 6,7% dos entrevistados concluíram o ensino fundamental. Se somarmos o número de pessoas que possuem ensino básico com aqueles com ensino fundamental incompleto e completo, constata-se que 56,7% dos entrevistados estudaram no máximo até oito anos. Os que conseguiram cursar o ensino médio completo e se inseriram em uma universidade totalizam 11,1% da amostra. Esses dados revelam a baixa escolaridade dos participantes da pesquisa. Por fim, 5,0% destes nem mesmo chegaram a ser alfabetizados.

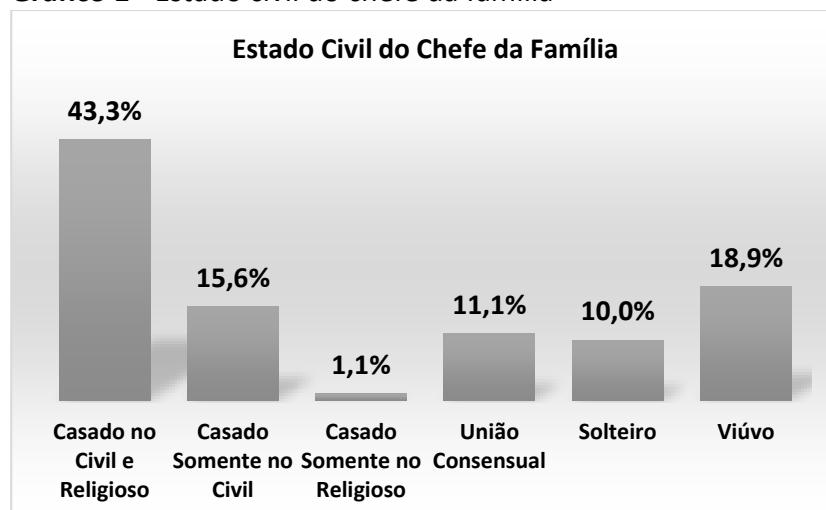
Se separarmos, especificamente, os chefes de domicílio, também observa-se um quadro de baixa escolaridade nas três comunidades. Nada menos que 62,1% destes estudaram no máximo até o ensino fundamental completo e 19,0% nem mesmo chegaram a se alfabetizar. Apenas 1,1% (o que corresponde a uma pessoa) concluiu o ensino superior.

No que tange à cor ou raça, 63,4% dos entrevistados se declaram pretos. Se somarmos o número de pretos e pardos, obtemos um montante de 93,4% se autodeclarando negros. Vale enfatizar que as opções estipuladas são as mesmas da classificação utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em seus censos.

No que tange ao perfil das famílias quilombolas em relação aos chefes das famílias, 58,9% são casados, sendo que 43,3% são casados no civil e no religioso. Apenas 10% dos chefes de família são solteiros, conforme demonstrado no Gráfico 1.



**Gráfico 1 - Estado civil do chefe da família**



Fonte: Elaboração própria (2022)

O número de mulheres responsáveis pelo domicílio é representativo, com 34,4% das famílias são chefiadas por elas. No meio rural, esta configuração de chefias domiciliares femininas vem se ampliando. De acordo com o IBGE (2012), a porcentagem de mulheres responsáveis pelos domicílios nas zonas urbanas é de 39,3%, em contrapartida, nas zonas rurais, esse índice é de 24,8%. O censo também destaca que no período de 2000 a 2010, o papel da mulher enquanto chefe de família cresceu mais de 13% no geral.

Vale a pena destacar um fator relevante que aparece nos dados do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAN), relacionado ao crescimento de famílias unipessoais no Brasil (BRASIL, 2014). O relatório apresenta que 17,5% das famílias brasileiras que têm mulheres como referência são constituídas por apenas uma pessoa. Se compararmos tal informação com os dados transcritos no quadro 1, observamos que nas comunidades quilombolas participantes da pesquisa, esta tendência ainda não se configura de forma expressiva, pois os domicílios com apenas um indivíduo são uma parte pequena do universo.



**Quadro 1** - Quantidade de moradores X sexo do chefe da família

Quantidade de pessoas que moram na residência?	Sexo do chefe da família		Total
	Feminino	Masculino	
1	4	6	10
2	8	8	16
3	7	14	21
4	4	15	19
5	6	9	15
6	1	4	5
7	1	2	3
8	0	1	1
<b>Total</b>	31	59	90

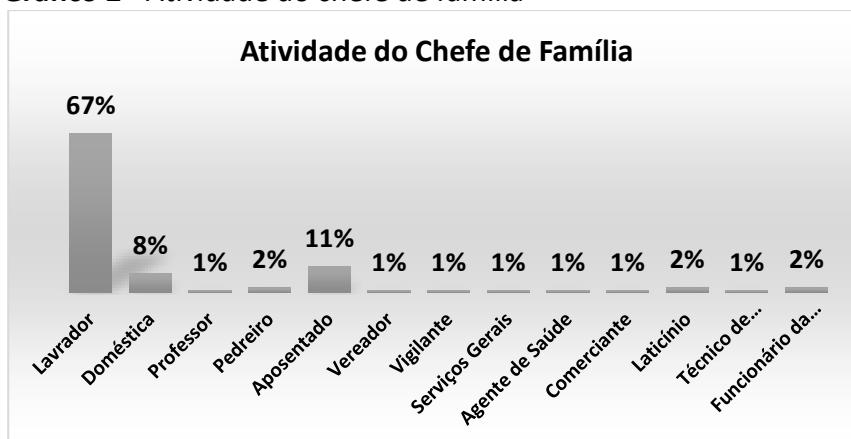
Fonte: Elaboração própria (2022).

Das atividades desenvolvidas pelos chefes de família, a lavoura foi a mais contabilizada, fazendo parte do labor de 66,7% destes, logo em seguida vem o trabalho doméstico, com 15% do total (gráfico2). Vale destacar que 11,1% dos chefes de família são aposentados e, por isto, não desenvolviam nenhuma atividade em específico.

É significativo o percentual de mulheres que apontam as atividades domésticas como trabalho. A partir das anotações realizadas no diário de campo, verificou-se que quando as mulheres entrevistadas afirmavam que estavam trabalhando e relatavam a atividade “dona de casa” ou “doméstica” estavam considerando os afazeres do lar como trabalho. Isso é muito expressivo na medida que significa a valorização da atividade laboral realizada pelas mulheres no interior das casas, o que, de modo geral, não é reconhecido como trabalho produtivo, uma vez que é associado às características intrínsecas da mulher no contexto de nossa sociedade patriarcal e conservadora.



**Gráfico 2 - Atividade do chefe de família**



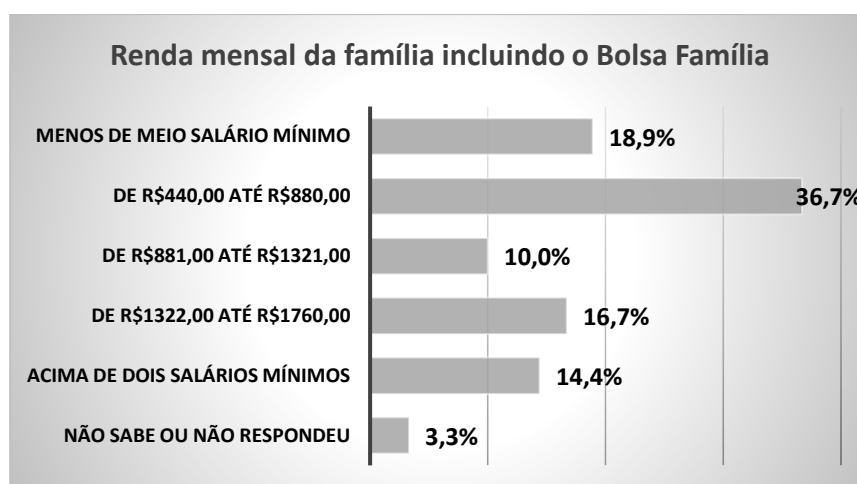
Fonte: Elaboração própria (2022)

A renda das famílias estudadas no interior de Santa Cruz, Água Preta de Cima e Marques mostra que 18,9% delas se encontram em um patamar de extrema pobreza, uma vez que, somando todas as atividades que realizam e o Bolsa Família, recebem menos de 50% do salário mínimo (sendo que a maior renda relatada nesta faixa foi de R\$429,00). Mais de 30% das famílias recebem de meio a um salário-mínimo por mês (gráfico 3).

Ao trabalharmos com os dados brutos coletados, é possível perceber que a comunidade com maior renda mensal das famílias é Santa Cruz. Este fato se deve à bolsa recebida pelos estudantes da comunidade que fazem Licenciatura em Educação do Campo em universidades federais do país. O valor da bolsa varia de R\$900,00 a R\$1.400,00, uma vez que podem acumular outras bolsas, como auxílio estudantil, de alimentação e de transporte.

**Gráfico 3 - Renda mensal da família incluindo o Bolsa Família**

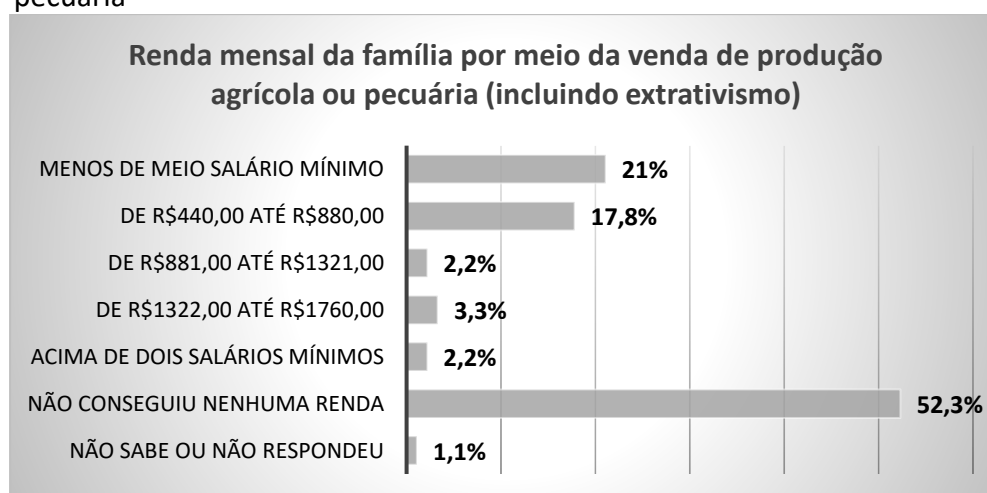




Fonte: Elaboração própria (2022)

Se deixarmos de contabilizar o valor adquirido com o auxílio de programa Bolsa Família, aposentadoria e algum tipo de trabalho remunerado e analisarmos apenas o que as famílias conseguem por mês com a comercialização da produção agrícola ou pecuária, a situação é grave, como mostra o gráfico 4. Temos mais de 50% das famílias que não possuem nenhuma renda derivada da produção agrícola ou pecuária, pois toda a produção é voltada para a própria subsistência, como já sinalizado anteriormente. Dos que produzem para comercialização, 21,1% arrecadam menos de meio salário mínimo (uma variação de R\$25,00 a R\$400,00). Não podemos deixar de enfatizar que, destes, apenas 7,7% das famílias obtêm acima de um salário mínimo.

**Gráfico 4** – Renda mensal da família por meio da venda de produção agrícola ou pecuária



Fonte: Elaboração própria (2022)



No que tange às formas de aquisição de recursos financeiros usadas pelos chefes de famílias nos últimos 12 meses, podemos dizer que as principais fontes de renda foram as aposentadorias e a comercialização da produção agrícola ou pecuária. Vale destacar que 12,2% dos entrevistados declararam não ter recebido nenhum recurso no último ano, de acordo com quadro 2.

**Quadro 2**- Meio de recebimento de recursos nos últimos 12 meses

Nos últimos 12 meses, o chefe da família recebeu algum dinheiro por meio de:	Frequência		Porcentagem	
	Sim	Não	Sim	Não
Não recebeu nenhum dinheiro.	11	79	12,20%	87,80%
Recebeu algum dinheiro por meio da aposentadoria.	28	62	31,10%	68,90%
Recebeu algum dinheiro por meio de venda de artesanato ou produção cultural.	3	87	3,30%	96,70%
Recebeu algum dinheiro por meio de trabalho remunerado – diarista.	12	78	13,30%	86,70%

Fonte: Elaboração própria (2022).

Quando isolamos a variável relativa aos chefes de família que não receberam dinheiro algum (por meio da aposentadoria, trabalho remunerado temporário ou diarista, venda de cultivo ou criação de animais ou venda de artesanato ou produção cultural) e cruzamos com os dados de quem recebe ou não Bolsa Família, identificamos que dos 12,2% de chefes de família que não receberam nada nos últimos 12 meses, 90,9% são beneficiários do Programa Bolsa Família, como demonstrado no quadro 3.

**Quadro 3** - Auxílio no último ano e acesso ao Programa Bolsa Família

Alguém na sua casa recebe o Programa bolsa família?	Nos últimos 12 meses, o chefe da família não recebeu nenhum dinheiro?		Total
	Não	Sim	
Não	42	1	43
Sim	37	10	47
<b>Total</b>	79	11	90

Fonte: Elaboração própria (2022)



As famílias das comunidades Água Preta de Cima, Santa Cruz e Marques possuem, em maioria, de 3 a 4 membros. Já o número de pessoas nas residências varia de 1 a, no máximo, 8 pessoas por domicílio. Ressalta-se que apenas 1,1% das famílias possuem 8 moradores, o que corresponde a 1 domicílio.

Grande parte das casas existentes nas comunidades estudadas é própria, as quais foram compradas e quitadas, ou construídas pelos próprios moradores nas terras desbravadas por seus antepassados no início das comunidades. Apenas 11,1% das residências são cedidas por parentes ou amigos. Vale destacar que todas as residências da comunidade Marques foram construídas e entregues aos moradores como parte de um acordo indenizatório estabelecido entre a empresa Queiroz Galvão e o grupo atingido pela PCH, conforme firmado no Termo de Compromisso de Conduta entre a empresa e a comunidade.

A quantidade de cômodos das casas das famílias pesquisadas varia de 2 a 13, sendo que apenas 5,4% dos domicílios possuem 10 ou mais cômodos. A maior quantidade de cômodos nas residências encontra-se na faixa de 4 a 6, com uma porcentagem superior a 50,0%.

As residências de Santa Cruz, Água Preta de Cima e Marques, em geral, possuem água com canalização interna, o que corresponde a 97,8% do total das casas, apesar de ainda haver algumas famílias que não possuem essa estrutura até o interior do domicílio, mas até o quintal, conforme observado na pesquisa de campo.

Em relação à origem da água que é usada para consumo nas casas dos moradores das comunidades, observamos que mais de 60% contam com rede pública de distribuição em suas residências. Se separarmos as comunidades e analisarmos os dados de cada uma, é possível observar que apenas a Comunidade Santa Cruz, em Ouro Verde de Minas, possui rede pública de abastecimento de água, sendo que as outras duas comunidades são abastecidas por poço, nascente, rio, açude ou lago.

O sistema de esgoto é um problema grave e, de acordo com o Instituto Trata Brasil (2012), as deficiências nesse campo constituem uma realidade nacional. Na zona rural, essa situação é ainda mais grave. Segundo Costa e Guilhoto (2014), no Brasil, 77,8% da população rural não tem coleta ou tratamento do esgoto.



De acordo com o Instituto Trata Brasil (2012), o país não conseguirá alcançar a universalização do sistema nos próximos 20 anos se o trabalho de implantar serviços de água e esgoto continuar no ritmo atual. Leoneti, Prado e Oliveira (2011, p. 333) relatam que o “Brasil, está marcado por uma grande desigualdade e por um índice deficitário de acesso, principalmente em relação à coleta e tratamento de esgoto”.

Esta mazela é visível em Água Preta de Cima, Santa Cruz e Marques, que têm 91,0% das casas sem rede pública de esgoto. Os domicílios depositam dejetos em fossas rudimentares. Vale ressaltar que a questão de saneamento básico está intrinsecamente relacionada à saúde pública, afetando diretamente mananciais de água e o solo, e com isto, contaminando a água e a produção agrícola da região. Destaca-se, ainda, que o sistema de fossas rudimentares não impossibilita a contaminação das águas superficiais e subterrâneas (COSTA; GUILHOTO, 2012).

Um problema sério que faz parte da realidade das comunidades estudadas é a ausência de coleta do lixo. Todos os entrevistados apontaram que o lixo é queimado ou enterrado. Fator preocupante no que tange a saúde dos moradores, pois a fumaça pode provocar vários problemas respiratórios, assim como a terra contaminada pode afetar a qualidade da água e dos alimentos produzidos.

Em relação ao fornecimento de energia elétrica, a condição dos moradores das comunidades não é ruim. De acordo com os dados apurados, 98,9% das residências possuem rede elétrica como fonte de energia. Tal fato pode ser associado ao Programa Luz Para Todos do governo federal, iniciado em 2003 com o objetivo de garantir o acesso à energia elétrica aos moradores do meio rural.

O material mais utilizado para a construção das casas foi a alvenaria, citada por 52,2% dos entrevistados. Entretanto, ainda é possível encontrar a presença significativa de casas construídas em barro ou argila (42,2%), material também denominado pelos moradores como adobe. No que tange ao material utilizado na cobertura das casas, a telha está presente em todas as 90 residências pesquisadas.

**Considerações finais:** decolonizando estudos eurocentrados sobre famílias negras e o Serviço Social



Consideramos que muitos artigos enfatizam a centralidade da família nos debates relativos às diferentes áreas do conhecimento, em especial a do Serviço Social. Publicações importantes, refinamento nas teorias e procedimentos metodológicos e políticos, articulados com literatura internacional, despontam significativos avanços empíricos nesta área. Entretanto, conforme afirmado na introdução deste trabalho, ainda são restritos os estudos sobre as famílias negras, fato que nos conduz ao desconhecimento de nossas próprias origens.

Estudos realizados relacionados à pobreza, desemprego, exploração, falta de moradia, identidade, concentração de renda, saúde, violência, família, idoso, trabalho infantil, exclusão social e questão social tendem a homogeneizar os sujeitos. Em termos universais, não há recorte sobre população negra, nem intersecção entre gênero, classe, saúde, educação etc. Devemos notar que a qualificação dos estudos e da estatística sobre a população negra é uma reivindicação do movimento negro e que foi adotada pelo censo do IBGE.

Faz-se necessário indagar se não estamos reproduzindo a lógica da família universal e da inexistência da vulnerabilidade imposta pelo racismo contra a população negra, onde os conflitos atribuídos pelo racismo são diluídos por uma lógica perversa de que inexistem desigualdades sociais resultantes de racismo? Ou será que tanto famílias brancas como as negras vivem os mesmos dilemas socioeconômicos e culturais, as mesmas contradições internas? Inegavelmente, há um fosso entre a produção referente às formas de socialização de organização das famílias negras e brancas no Serviço Social. Importantes pesquisas são focadas em discursos universalizantes, onde não há presença de cor, etnia e gênero, ou excluído do debate que envolve, não somente a discussão acerca da questão familiar, mas também da maioria dos assuntos discutidos pela categoria.

Assim, tratando de profissionais que lidam, cotidianamente, com as refrações da questão social e, portanto, historicamente, com a população empobrecida, o que inclui em especial as comunidades quilombolas, o domínio de conhecimentos sobre história e cultura afro-brasileira, as diferentes formações familiares e questões concernentes às



relações raciais no Brasil é habilidade fundamental para combater as diferentes formas de dominação e exclusão. Sendo assim, o aprofundamento nas pesquisas sobre formas de organização e socialização das famílias quilombolas pode trazer elementos importantes para o debate e para a compreensão da forma como as relações raciais se cristalizaram na sociedade.

Por fim, enfatiza-se que a discussão no presente estudo é apenas o início de uma longa jornada de debates acadêmicos que tentam questionar produções de conhecimentos baseados na episteme eurocêntrica, que precisam ser impulsionados e afirma-se que os reflexos da questão social precisam ser analisados em suas diversas manifestações. Assistentes sociais precisam estar atentos para não reproduzir um discurso naturalizado ou atendimento de exclusão e não inclusão pautado em uma percepção limitada e conservadora.

## Referências

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. **Relações raciais na escola**: reprodução de desigualdades em nome da igualdade. Brasília: UNESCO, 2006.

BASTOS, Elide Rugal. A questão social e a sociologia paulista. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 31-39, 1991.

BRASIL. **Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Relatório anual socioeconômico da mulher**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2014.

CEDEFES - CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA DA SILVA. **Comunidades quilombolas de Minas Gerais no século XXI**: história e resistência. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

COSTA, Cinthia Cabral da; GUILHOTO, Joaquim Jose M. **Importância de uma política de saneamento rural no Brasil**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 50., 2012, Vitória, ES. Agricultura e desenvolvimento rural com sustentabilidade. Anais [...]. Vitória: SOBER: UFES, 2012.





Disponível em: <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/946018>. Acesso em: 22 jul. 2023.

COSTA, Cinthia Cabral da; GUILHOTO, Joaquim Jose M. Saneamento rural no Brasil: impacto da fossa séptica biodigestora. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, São Paulo, v. 19, n. , p. 51-60, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-41522014019010000171>

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, 2002.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978, v. 2.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. 23. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

GIACOMINI, Sonia Maria. **Mulher e escrava**: uma introdução ao estudo da mulher negra no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1988.

GONZALEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, M. (org.). **O lugar da mulher**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

IANNI, Octavio. A questão social. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 2-10, 1991.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**: famílias e domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

LEONETI, Alexandre Bevilacqua; PRADO, Eliana Leão do; OLIVEIRA, Sonia Valle Walter Borges de. Saneamento básico no Brasil: considerações sobre investimentos e sustentabilidade para o século XX. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 331-348, 2011.

MACHADO, M. H. P. T. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 143-160, ago. 1988.

MATTOSO, Katia De Queiros. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1992.



MIOTO, Regina Célia Tamaso. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. *In*: SALES, M. A.; MATOS, M. C. de; LEAL, M. C. (org.). **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MOURA, Clóvis. **O negro, de bom escravo a mau cidadão?** Rio de Janeiro: Conquista, 1977.

ROCHA, Cristiany Miranda. **História de famílias escravas**: Campinas, século XIX. Campinas: EdUnicamp, 2004.

SAID, Edward W. **Fora de lugar**: memórias. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **Direitos humanos e as práticas de racismo**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2012.

SINGLY, François de. **Sociologia da família contemporânea**. Tradução de Clarice Ehlers Peixoto. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. 208 p. (Família, geração & cultura).

SILVA, José Barbosa da. **A questão do negro no curso de formação em serviço social da Universidade Federal Fluminense**. 1992. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Fluminense, Niterói, 1992.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

**Recebido em: 19/05/2022**

**Aceito em: 13/07/2023**